

Setor de saneamento se volta a concessões municipais em 2023

Com 'entressafra' nos Estados, Abcon aponta 14 leilões municipais que poderão sair neste ano, com potencial de gerar R\$ 740 milhões de investimentos

Por Taís Hirata — De São Paulo

16/01/2023 05h01 · Atualizado há um dia

Iniciativa nas prefeituras

Projetos de concessão de saneamento básico nos municípios

Leilões previstos para 2023

Projeto	Soma de Investimento estimado (R\$ milhões)	Soma de População (em mil)
Flexeiras (AL)	23,7	12,8
Cachoeira Dourada (GO)	94,7	8,1
São Mateus do Maranhão (MA)	A definir	41,5
Nanuque (MG)	106,9	40,8
Eliseu Martins (PI)	1,7	4,9
Cerejeiras (RO)	47,7	16,3
Espigão D'Oeste (RO)	122,9	32,4
São Miguel do Guaporé (RO)	47,3	23,0
São Francisco do Guaporé (RO)	50,0	20,3
Pomerode (SC)	A definir	33,4
Ilhota (SC)	123,8	14,2
Santa Cruz das Palmeiras (SP)	53,6	34,4
Brodowski (SP)	66,9	24,9
Marília (SP)	A definir	238,9
Total	739,0	545,8

Projetos de concessão de água e esgoto, em municípios e consórcios públicos*

Situação	Quantidade de Iniciativas mapeadas
Intenção Pública Anunciada	11
Modelagem Iniciada	101
Modelagem Encerrada	25
Consulta Pública Aberta	2
Consulta Pública Encerrada	14
Licitação Iniciada	13
Licitação Encerrada	2
Contrato Iniciado	109
Contrato Encerrado	3
Paralisado	141
Cancelado	60

56 iniciativas se encontravam em fases mais maduras em dezembro de 2022, contra 43 em maio do mesmo ano, segundo a Radar PPP

Fontes: Elaboração Abcon Sindicon com base no Radar PPP, BNDES e FEP (data de atualização: 10 de janeiro de 2023); dados da Radar PPP (dezembro de 2022). *não inclui os blocos regionais dos Estados

Em 2023, o foco do mercado de saneamento básico deveria se voltar aos projetos municipais. Hoje, não há perspectiva de grandes leilões estaduais no curto prazo. Já no âmbito das prefeituras, 14 licitações em andamento poderão sair neste ano, com previsão de ao menos R\$ 740 milhões de novos investimentos no total, segundo levantamento da Abcon (associação das operadoras privadas do setor).

- **LEIA MAIS:**
- **Estatais estão 'em prova de fogo', no governo Lula, diz Sérgio Lazzarini**
- **Setor privado entra com ADI contra 'brecha' na lei do saneamento adotada na Paraíba**
- **Sabesp: Conselho elege André Salcedo como novo diretor-presidente**
- **Copasa vai acelerar aportes para atingir metas**

Nos últimos dois anos, o mercado "intermediário" de água e esgoto (de concessões de menor porte), viu uma explosão no interesse por parte do setor privado. Leilões de cidades pequenas têm atraído uma disputa acirrada, com mais de dez ofertas e uma gama variada de competidores. Inclusive novas plataformas têm sido criadas para atuar no nicho.

Por outro lado, o segmento enfrenta uma série de desafios para acelerar seu ritmo de expansão: incertezas regulatórias, dúvidas sobre o financiamento dos projetos e dificuldade das prefeituras para estruturar bons editais são alguns dos fatores citados por especialistas e executivos do setor.

Mercado 'de médio porte' vive explosão de interesse privado, mas enfrenta desafios para acelerar expansão

Uma das críticas é que a "fábrica" de novas concessões no âmbito municipal caminha muito mais lentamente do que o mercado gostaria. "Estão faltando projetos. São muitas empresas brigando por migalhas, e as ofertas ficam com alta agressividade", afirma Yves Besse, presidente da Cristalina. A empresa, fundada no início de 2022 com foco no segmento, ainda não conseguiu conquistar contratos.

A General Water, outra companhia que busca ampliar sua atuação no segmento, acabou direcionando seus esforços ao mercado privado, devido à escassez de licitações no último ano. “Seguimos interessados e analisando projetos, mas o crescimento tem sido tímido”, diz o presidente, Fernando de Barros Pereira.

Apesar do ritmo considerado lento, a oferta de projetos avançou. Hoje, há 101 iniciativas (municipais e de consórcios) em fase de modelagem, segundo levantamento da Radar PPP, feito a pedido do **Valor**. Em maio de 2022, esse número era de 66 projetos.

Considerando apenas processos em fase mais madura (com modelagem concluída, em consulta pública ou licitação), a consultoria mapeou 56 iniciativas, contra 43 em maio de 2022. “Desde 2020, há uma efervescência nesse mercado”, diz Frederico Ribeiro, sócio da Radar PPP.

Além disso, 2023 é um ano propício a leilões municipais dentro do ciclo eleitoral. Enquanto os Estados vivem o início de mandatos, o que em geral provoca uma lacuna de novos projetos, as prefeituras chegam ao terceiro ano de gestão, considerado favorável para licitações - já houve tempo suficiente para a estruturação e ainda não começaram os ruídos eleitorais que afetam o processo.

Apesar da grande expectativa, especialistas apontam desafios que colocam em dúvida o avanço do segmento. Ao menos três tipos de problemas são citados.

O primeiro são os sinais dados pelo novo governo federal em relação à nova lei do saneamento, avalia Frederico Turolla, sócio da Pezco Economics. Para ele, mesmo que não haja uma mudança nas regras, há uma expectativa menor de fiscalização para o cumprimento das metas de universalização - o que desestimula as prefeituras a tirar as concessões do papel, segundo ele.

“O marco regulatório trouxe exigências que dependem muito da ação do governo. Diante da perspectiva de flexibilização, já vemos uma redução do interesse pelos projetos”, afirma.

Um segundo fator que poderá inibir o mercado de concessões municipais é a restrição de acesso a recursos federais, diz Renato Sucupira, sócio da BF Capital. Essa

limitação foi imposta pela lei do saneamento, que teve como objetivo estimular a regionalização.

Pela regra vigente, cidades que optarem por fazer um projeto isolado, e não dentro de blocos regionais, não poderão acessar financiamento de bancos federais, o que dificulta sua viabilidade. “Não é um impedimento, mas desestimula”, afirma. Ele avalia que será preciso observar como o novo governo irá tratar essa regra.

Por fim, um terceiro entrave para o avanço do segmento é a própria dificuldade das prefeituras de estruturar bons editais. Trata-se de um problema antigo, que não afeta apenas o mercado de saneamento, e que explica os índices elevados de “mortalidade” de projetos - muitos deles são paralisados ou judicializados por inconsistências no processo.

“Nos últimos anos, vemos uma melhora na qualidade, mas este continua um problema. Em cidades pequenas, médias, muitas vezes a capacidade de estruturação das equipes é muito limitada”, afirma Frederico Bopp, sócio do Azevedo Sette Advogados.

Apesar dos desafios, a expectativa é que o mercado “intermediário” de concessões de saneamento siga em expansão. A dúvida é qual será o ritmo do avanço.

“Acredito que o mercado seguirá crescendo. Não sei se na velocidade e abrangência que o Brasil, porque teria que multiplicar a velocidade. Mas vai crescer”, diz Pereira, da General Water.

Para Italo Joffily, fundador da Ysanso, outro negócio recém-criado com foco em projetos de médio porte, o mercado de projetos municipais não vai acabar, mesmo que haja mudanças no novo marco. “As prefeituras já faziam concessão antes da lei. Então, se houver retrocesso, pode haver redução de velocidade, mas o mercado se mantém”, afirma.

Hoje, a empresa tenta atrair investidores para viabilizar aquisições e a participação em leilões. Segundo o executivo, há conversas com três fundos, dois americanos e um do Oriente Médio. As recentes incertezas regulatórias no setor atrapalham as conversas, mas não são um impeditivo, diz.

Para Besse, da Cristalina, o avanço no número de modelagens traz uma boa perspectiva. “O sucesso de leilões recentes, que tiveram outorgas altas, está motivando outras cidades a estruturar concessões”, afirma. O foco da companhia são projetos em São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para além das licitações, Joffily observa que haverá oportunidades no mercado secundário, por exemplo, com grandes operadores vendendo ativos que já não se encaixam no portfólio.

Já no caso dos leilões de blocos regionais, que têm sido estruturados por Estados, com apoio do BNDES, a expectativa é negativa para 2023. “É difícil acreditar que alguma coisa de governos estaduais sairá. Mesmo em casos de reeleição, há sempre mudanças nas equipes”, diz Camillo Fraga, sócio da consultoria Houer.

Para ele, até mesmo o projeto municipal de Porto Alegre, que já está maduro, poderá atrasar, porque é estruturado pelo BNDES - a Houer está entre os assessores técnicos que apoiam o banco de fomento. Fraga avalia que este leilão, que não está na lista da Abcon, poderá sair em 2023, o que adicionaria outros R\$ 2,2 bilhões de investimentos contratados.

Pelo mapeamento da Abcon, além dos 14 projetos previstos para este ano, estão no radar ou tras 23 iniciativas, municipais e estaduais, com potencial de gerar obras de ao menos R\$ 14 bilhões, mas que ainda estão em estágios menos avançados - em estudos ou consultas públicas.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Sofá cama dobrável

SOFÁ CAMA DOBRÁVEL

LINK PATROCINADO

Monocard - O cartão de visitas ideal para empresários

MONOCARD

LINK PATROCINADO